

ADRIANA RIPKA

**ANÁLISE DO INDIVÍDUO E INSTITUIÇÃO DE GALBRAITH, SOB UMA LEITURA  
VEBLENIANA**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Fim de curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto

CURITIBA

2009

## TERMO DE APROVAÇÃO

ADRIANA RIPKA

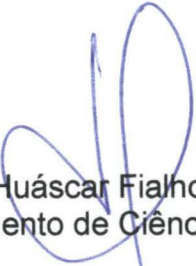
### ANÁLISE DO INDIVÍDUO E INSTITUIÇÃO DE GALBRAITH, SOB UMA LEITURA VEBLENIANA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof.ª Dr.ª Iara Vigo de Lima Onate  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 25 de novembro de 2009.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família que sempre esteve presente em minha vida, me apoiando em todos os momentos difíceis e comemorando todas as minhas realizações.

Um agradecimento especial à minha mãe, Jandira, que mesmo diante dos infortúnios da vida que não a permitiram ser alfabetizada quando jovem, fez o impossível para que eu pudesse levar adiante meus estudos e dar a estes o devido valor.

À Michelle R Cardoso, Alisson Martins, Tatiana M P Lima, Carolline Zacarias, Francieli da Costa, Claudia Denise Beckhauser, Monique Pastro, Evelin Lucht, Áurea Kock e a todos os outros amigos e colegas que fazem parte da minha vida e que contribuem, na maioria das vezes sem notar, para que eu siga em frente com meus planos e metas.

Ao Juarez Trevisan, ex-presidente do Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná, por todo seu apoio. Contribuindo para que eu dispusesse de mais tempo para me dedicar aos estudos.

Aos professores que participaram positivamente em minha formação acadêmica. Destacando o professor Luiz Antonio Lopes por ter desempenhado seu papel de professor, estimulando a leitura e ajudando nos primeiros passos do estudo universitário, e também como amigo pronto a ouvir e tentar ajudar aqueles que o procuram.

Ao meu orientador Fabiano Dalto, pela oportunidade de desenvolver o presente estudo, bem como, à Iara Onate e ao Huáscar Pessali por aceitarem o convite para compor a banca avaliadora.

Por fim, um agradecimento especial para Felipe Almeida que, apesar da distância física que temos enfrentado, se mantém presente em todos os momentos da minha vida, como meu melhor amigo e meu companheiro incondicional.

Ken Galbraith, como Thorstein Veblen,  
será lembrado e lido quando a maioria de nós,  
laureados com o Prêmio Nobel,  
estiver enterrada em notas de rodapés  
nas estantes empoeiradas das bibliotecas.

Paul Samuelson (1991)

## RESUMO

Em uma análise das obras de John Kenneth Galbraith não é difícil encontrar referências a Thorstein Veblen, o que induz a pensar que o último, em alguma medida, teve influência nos estudos do primeiro. No entanto, ao buscar estudos que tenham esses dois autores como foco de uma análise comparativa, os resultados são um tanto restritos. Esta monografia tem como objetivo expor alguns pontos nos quais foi verificada aproximação da abordagem de Galbraith com os estudos de Veblen. Os focos de análise são o indivíduo e a instituição e suas relações. O indivíduo apresentado em Galbraith possui características semelhantes à análise de Veblen, tais como divisão de classes e hábitos de pensamento, entre outras. Quanto à instituição de Galbraith, elementos como o estabelecimento de hábitos de pensamento *versus* processo evolucionário, manutenção de características de instituições passadas nas atuais e tendência à evolução de estruturas a partir do simples para o complexo foram identificados como aproximações aos conceitos de instituições de Veblen. Apesar da semelhança dos conceitos apresentados por ambos os autores, há destaque para a abordagem particular de cada um, atribuída à atuação acadêmica de Veblen e à inserção política de Galbraith.

Palavras-chave: Galbraith. Veblen. Indivíduo. Instituição.

## **ABSTRACT**

Analyzing John Kenneth Galbraith's works is not difficult to find reference to Thorstein Veblen. It suggests that Veblen influenced Galbraith's studies, in some level. However, in a search for other studies which focused on analysis of these two authors in a comparative way, results are restricted. Thus, this study aims to present some points of convergence between Galbraith's and Veblen's approaches. Therefore, the guideline of this work is the concepts of individual and the institution and their relationship. The individual presented by Galbraith has similar features to the Veblenian concept, such as class division, habits of thought, among others. Regarding Galbraith's institutions, elements as establishment of habits of thought versus evolutionary process, maintenance of the characteristics of past institutions on the current institutions, trend to the development of structures from simplicity to complexity; were identified as approaches to the concepts of Veblen concerning institutions. Despite the similarity of the concepts presented by both authors, there is an emphasis on the particular approach of each one, related to the experiences in scientific production of Veblen and policy insertion of Galbraith.

Key words: Galbraith. Veblen. Individual. Institution.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....                             | 9  |
| <b>2 TEORIA VEBLENIANA</b> .....                      | 10 |
| 2.1 O INDIVÍDUO .....                                 | 10 |
| 2.2 INSTITUIÇÕES POR VEBLEN .....                     | 14 |
| <b>3 TEORIA GALBRAITHIANA E SEUS PRINCÍPIOS</b> ..... | 19 |
| 3.1 O INDIVÍDUO .....                                 | 19 |
| 3.2 A INSTITUIÇÃO GALBRAITHIANA .....                 | 22 |
| <b>4 APROXIMAÇÃO VEBLEN – GALBRAITH</b> .....         | 30 |
| 4.1 O INDIVÍDUO .....                                 | 30 |
| 4.2 A INSTITUIÇÃO .....                               | 33 |
| <b>5 CONCLUSÃO</b> .....                              | 39 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                              | 41 |
| <b>ANEXO</b> .....                                    | 43 |

## 1 INTRODUÇÃO

John Kenneth Galbraith (1908 - 2006) foi professor das universidades de Harvard e Princeton, conselheiro de diversos presidentes democratas, embaixador norte-americano na Índia e autor de diversos livros de referência econômica e social, entre outras atribuições. Em suas obras, autores de diversos segmentos da economia são apresentados, dentre eles Thorstein Bunde Veblen (1857 - 1929) e sua economia institucional. Veblen é destacado por Galbraith em diversas obras, por meio de citações, referências e até mesmo capítulo completo. Isso pode levantar uma questão de interesse: que conceitos de Veblen são aproveitados nas obras de Galbraith?

Autores que discutem sobre Galbraith, como Suplicy (2006) e Peach (2008), citam Veblen ao longo do texto; de forma semelhante, autores como Monasterio (1998), Dugger (1995) e Peukert (2001), quando tratam de Veblen, acabam por citar Galbraith. No entanto, foi localizado um número restrito de estudos que apresentem de forma mais específica características que possam ser consideradas aproximações dos conceitos de Galbraith aos trabalhados por Veblen. Tal fato é mais uma motivação para a realização da presente monografia.

Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns pontos em que foram reconhecidas aproximações dos conceitos de Galbraith e Veblen. Como forma de direcionamento do estudo, os conceitos de ambos os autores são analisados com relação ao indivíduo e à instituição, dois elementos de grande relevância para estudos de foco econômico e social.

No Capítulo 2 é feita uma apresentação da teoria de Veblen, destacando primeiro a caracterização que o autor faz do indivíduo para, na sequência, realizar a apresentação da instituição. No Capítulo 3 são apresentados os conceitos que Galbraith atribui ao indivíduo e à instituição. O Capítulo 4 é reservado à análise dos conceitos de indivíduo e instituição de Galbraith, porém, é considerada a leitura dos conceitos desenvolvidos por Veblen. O trabalho é finalizado, na Conclusão, com a síntese dos resultados.

## 2 TEORIA VEBLENIANA

Pretende-se, com esta primeira parte do trabalho, apresentar os principais conceitos de Thorstein Veblen (1857 - 1929) no âmbito da economia institucional, no que se refere ao indivíduo e instituições. Para tanto, serão analisadas algumas obras de Veblen, tais como *A Teoria da Classe Ociosa* (1983)<sup>1</sup>, *A Teoria da Empresa Industrial* (1966)<sup>2</sup> e *The Place of Science in Modern Civilisation* (1942), este último um conjunto de artigos do autor no formato de livro. No decorrer do capítulo serão incorporados outros autores aos quais se recorreu como forma de auxiliar na leitura de Veblen. De início será abordado o indivíduo vebleniano, seguido da apresentação do conceito de instituição.

### 2.1 O INDIVÍDUO

Nas obras de Veblen é possível observar que a análise de seu objeto considera elementos de natureza social e psicológica sob abordagem evolucionária no que diz respeito ao comportamento do indivíduo e das instituições. Este destaque à abordagem de Veblen é observação de autores como John Kenneth Galbraith, Robert Heilbroner e Leonardo Monasterio.

Em *A Teoria da Classe Ociosa*, é possível de início observar um indivíduo com uma série de atribuições, como ambições, normas de conduta, relutância a modificações em seu modo de agir e pensar e como elemento integrante/constituente das instituições. A apresentação desse indivíduo é feita por um misto de histórias resgatadas pelo autor, de períodos considerados por este como sendo de culturas bárbaras, citando como exemplo inicial a Europa e o Japão feudais, e observações da sociedade contemporânea de Veblen. Nesse livro é utilizada uma abordagem psicológica e social tanto do indivíduo quanto da instituição, o que permite uma melhor compreensão do comportamento econômico apresentado nesta e em outras obras de Veblen.

---

<sup>1</sup> O título original é *The Theory of Leisure Class*, o qual teve sua primeira publicação em 1899.

<sup>2</sup> A primeira edição foi em 1904, sob o título *The Theory of Business Enterprise*.

O indivíduo vebleniano não é visto à parte da estrutura social; é analisado sob o contexto da instituição em que se encontra. Já no primeiro capítulo de *A Teoria da Classe Ociosa*, o indivíduo aparece inserido em estruturas sociais que direcionam o seu comportamento, e esta abordagem segue ao longo dos demais capítulos e obras do autor.

*A Teoria da Classe Ociosa* traz os indivíduos separados em classes: uma classe produtiva responsável por serviços com fins produtivos, que gera bens para o consumo; a outra, intitulada “ociosa”, está voltada para fins não produtivos ou ociosos; são atribuídas a esta determinadas atividades como: “as governamentais, as guerreiras, as religiosas e as esportivas”. (VEBLEN, 1983, p. 6)

Em *A Teoria da Empresa Industrial*, a dicotomia entre classe ociosa e classe produtiva reaparece, ainda que com outro foco. Nesta obra, a classe ociosa é observada como atuante no setor industrial, porém não inserida diretamente no processo produtivo, minimizando a apresentação histórica desta classe. Por intermédio do “homem de negócios”, indivíduo responsável pela tomada de decisão, a classe ociosa tem a si atribuído o exercício do poder. A análise econômica apresentada nesta obra tem como contexto o processo de mecanização e suas motivações.

A respeito dos indivíduos que aparecem nestes dois livros e em *The Place of Science in Modern Civilisation*, Veblen não se restringe à mera observação da ação e resultado; ele analisa o processo pelo qual se inicia uma ação ou se almeja o resultado. O desejo do indivíduo de se apropriar de bens ostensivos ou de reconhecimento social como sendo honorífico; a busca do “homem de negócios” por meios que lhe proporcionem não somente lucro mas lucros pecuniários; ou mesmo o por que e como ocorrem evoluções na natureza do homem e em sua estrutura são alguns dos temas presentes nos trabalhos do autor. Deve-se aqui sublinhar duas importantes atribuições que Veblen faz a esses indivíduos: os instintos e os hábitos.

Sobre os instintos trabalhados por Veblen, Monasterio (1998, p. 41) observa que ele não definiu de forma exata e precisa o conceito. No entanto, em uma análise sobre *The instinct of workmanship and the state of industrial arts*, Monasterio diz que, na visão de Veblen, os instintos são propensões inatas do indivíduo, cujas ações decorrentes almejam um fim de forma consistente. Porém estas ações não são baseadas tão somente nos instintos, como segue a citação: “os objetivos da vida (...) são designados pelas tendências instintivas do homem; mas os caminhos e

meios para alcançar tais metas são uma questão de inteligência”. (VEBLEN<sup>3</sup>, 1937, *apud* MONASTERIO, 1998, p. 42)

Um indivíduo usualmente se vale de comparações cotidianas com outros indivíduos próximos a si como forma de tentar quantificar quanto “valor” possui em sua estrutura social. Isso acaba levando a uma busca por formas de adquirir bens ou inserção em atividades que venham a proporcionar ascensão social, ou seja, “melhora” da condição do indivíduo em caráter quantitativo de valor; este é subjetivo em cada estrutura social, por meio comparativo entre os indivíduos. (VEBLEN, 1983, p. 49-54)

Deve-se observar que na comparação entre indivíduos é gerada uma emulação entre estes, funcionando como estímulo à apropriação de bens, sejam eles para consumo ou acumulação, pois mesmo em estágios de desenvolvimento, quando o valor de um bem venha a ser dado pelo seu valor de uso, a acumulação não perde em absoluto a honorabilidade. Em uma vida predatória, podendo esta ser interpretada como a busca por vencer e se sobressair dos demais indivíduos, essa emulação é “fundada na coerção e no costume de propriedade”, sendo estas, em fases iniciais, de difícil distinção, por terem origem no “desejo do homem de obter sucesso e de ressaltar a sua proeza, exibindo o resultado patente de suas atividades”. (VEBLEN, 1983, p. 16)

Hodgson (1994), valendo-se de uma visão vebleniana, atribui a origem dos hábitos à impossibilidade de cotidianamente deliberar sobre todos os aspectos do comportamento de forma racional e totalmente consciente. Essa impossibilidade se deve à limitação atribuída ao indivíduo, dado que, para que pudesse deliberar sobre todas as suas atividades cotidianas, haveria necessidade de reunir, para cada uma das inúmeras ações, o máximo de informações e raciocinar sobre estas. Assim, passam a ser estabelecidos os hábitos, mecanismos aos quais se recorre com o objetivo de diminuir o número de ações a serem deliberadas. (HODGSON, 1994, p. 126)

Segundo Veblen, após o estabelecimento dos hábitos, estes passam a se repetir com maior ou menor fidelidade, de acordo com o resultado obtido em situação semelhante em um tempo passado. No entanto, o autor considera que os hábitos passam por processos evolucionários, mas não de forma imediata ou

---

<sup>3</sup> VEBLEN, Thorstein B. *The instinct of workmanship and the state of industrial arts*. New York: Viking Press, reimp. 1937. (1a. ed. 1914)

gratuita, mas diante de pressões da estrutura social e mesmo dos resultados obtidos ao longo da sua repetição. Essas evoluções ocorrem de forma extremamente lenta; muitas vezes, somente após várias gerações se pode observar uma sutil mudança, com a conservação de características do hábito anterior. (VEBLEN, 1983, p. 97-110)

Sobre o processo evolucionário dos hábitos e instintos, Veblen afirma, no capítulo IX de *A Teoria da Classe Ociosa*, que

A evolução social é um processo de adaptação seletiva de temperamento e hábitos mentais, sob a pressão de circunstâncias da vida em sociedade. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições. Mas paralela a esse desenvolvimento houve uma mudança de tipo mais substancial. Não apenas mudaram os hábitos dos homens com as exigências mutáveis da situação, mas também trouxeram mudanças correlatas à natureza humana. (VEBLEN, 1983, p. 97)

Em tal processo de evolução social, as reações adversas às ações do indivíduo estarão proporcionando tanto incentivos para que determinados hábitos mentais sejam repassados às gerações futuras quanto para que sejam adaptados ou mesmo suprimidos caso proporcionem resultados incompatíveis com o objetivo final. No entanto, esse processo não é totalmente racional ou consciente, ele ocorre lentamente em meio à interação cotidiana dos instintos em situações diversas e hábitos de pensamento em sua repetição. Assim como aparece na citação acima, os instintos também podem ser influenciados; no entanto, o processo para eles é ainda mais lento e resistente se comparado aos hábitos, devido ao fato de sua existência ser datada de períodos muito mais antigos do que os hábitos, tornando-se, assim, muito mais “enraizados” no comportamento do indivíduo, mas não isentos de modificações. (VEBLEN, 1983, p. 97-110)

Em se tratando ainda de influência e possibilidade de modificações, sobre a formação de hábitos de pensamento, Veblen (1942, p. 314) afirma que “hábitos de pensamento são resultados de hábitos de vida”<sup>4</sup>. Partindo de um resultado satisfatório quando executada uma atividade cotidiana, ela passa a ser repetida de forma habitual, incorporando-se ao conjunto de hábitos de pensamento, influenciando o comportamento do indivíduo. Pode-se atribuir a formação dos hábitos de vida citados por Veblen às exigências materiais de uma sociedade. (MONASTERIO, 1998, p. 24)

---

<sup>4</sup> Tradução da autora para “Habits of thought are the outcome of habits of life”, presente em *The Place of Science* (VEBLEN, 1942, p. 314).

Quando estabelecido um hábito de pensamento, pode haver modificações nele. No entanto, à custa de muita resistência por parte do indivíduo. Valendo-se da ideia de consumo conspícuo, cujo gasto com consumo não produtivo gera *status* e respeitabilidade, qualquer mudança no sentido de desabituação é tida como dolorosa ao indivíduo. Por exemplo, quando há habituação do indivíduo em considerar certos gastos honoríficos atribuídos a gêneros sem finalidade produtiva e por algum motivo esses gêneros passam a ter estímulos contrários aos do período anterior, não sendo mais considerados honoríficos, eles poderão ser abandonados pelo indivíduo após grande resistência deste. (VEBLEN, 1983, p. 52)

Na teoria vebleniana, os hábitos desenvolvem papel importante nas instituições, que aparecem como consequência deles. Em palavras de Hodgson (1994, p. 304), numa leitura vebleniana, “instituições envolvem hábitos *congelados*”<sup>5</sup>. Ou seja, a partir do momento em que se tem o estabelecimento de hábitos, estes dão forma à instituição, que os perpetuará para os indivíduos.

## 2.2 INSTITUIÇÕES POR VEBLEN

Walter C. Neale, em contribuição a Hodgson *et al.* (1994), descreveu o termo “instituições” como sendo “a palavra que os economistas evolucionários (institucionais) usam para os comportamentos regulares e padronizados das pessoas numa sociedade e para as ideias e os valores associados a essas regularidades”. (HODGSON, 1994, p. 402)

Essa descrição cabe à parte da teoria de Thorstein Veblen sobre as instituições, pois ele toma a instituição como sendo um estabelecimento de hábitos de pensamento ou, como referenciado por Hodgson, o “congelamento” destes. Nesse sentido, pode-se fazer associação da evolução dos hábitos citados no item anterior, à evolução da instituição.

Veblen trata esta evolução, de maneira geral, como um processo de seleção natural das instituições e de hábitos de pensamento mais aptos. Os hábitos de pensamento vão sendo reproduzidos de acordo com a necessidade; assim, quando

---

<sup>5</sup> Tradução da autora para “Institutions involve congealed habits”, presente em *Institutional and Evolutionary Economics* (Hodgson *et al.*, 1994, p.304).

esta é modificada, os hábitos mais aptos a supri-la são reproduzidos e os mais distantes da nova necessidade caem em desuso ou sofrem adaptações. Assim, como no item anterior sobre a evolução dos hábitos, as instituições para serem modificadas levam um período de tempo considerável. Veblen não trata, ao longo de seus trabalhos, a ocorrência desse processo de forma totalmente consciente e calculada. Desta forma, este processo torna-se, além de uma seleção, uma adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente dinâmico, onde, de acordo com o processo, vão sendo selecionados os indivíduos e seus hábitos mais condizentes à nova estrutura. A definição de qual instituição vai se manter depende: se é dominante ou não, se a instituição é compatível com a nova estrutura, ou mesmo se uma adaptação basta aos novos objetivos estabelecidos. (VEBLEN, 1983, p. 87-90)

Considerando esta seleção de hábitos, instituições e indivíduos, percebe-se que não se deve tratar esses elementos de forma individualizada, pois a evolução em um deles acarreta mudanças ou mesmo formação de outros. Veblen não deixa claro, ao longo de seus escritos, a forma pela qual os hábitos de pensamento passam a ser compartilhados pela sociedade como instituição, influenciando o cotidiano dos indivíduos. No entanto, enfatiza a influência que esses hábitos institucionalizados exercem sobre o indivíduo. Esta observação também é compartilhada por Monasterio (1998, p. 53).

A Figura 1 foi elaborada de maneira a tentar ilustrar o que foi apresentado sobre a evolução das instituições e hábitos de pensamento. Foram utilizados, do lado esquerdo, formatos circulares perfeitos; do lado direito, formatos ainda circulares, porém acompanhados de alteração. Esta última notação não se refere a uma deformação da instituição e hábitos de pensamento após processo evolucionário ao longo do tempo, somente vem ressaltar que, apesar de alterações que geram uma aparência diferente da original, esta nova mantém em geral traços da anterior, como citado no capítulo IX de *A Teoria da Classe Ociosa*.

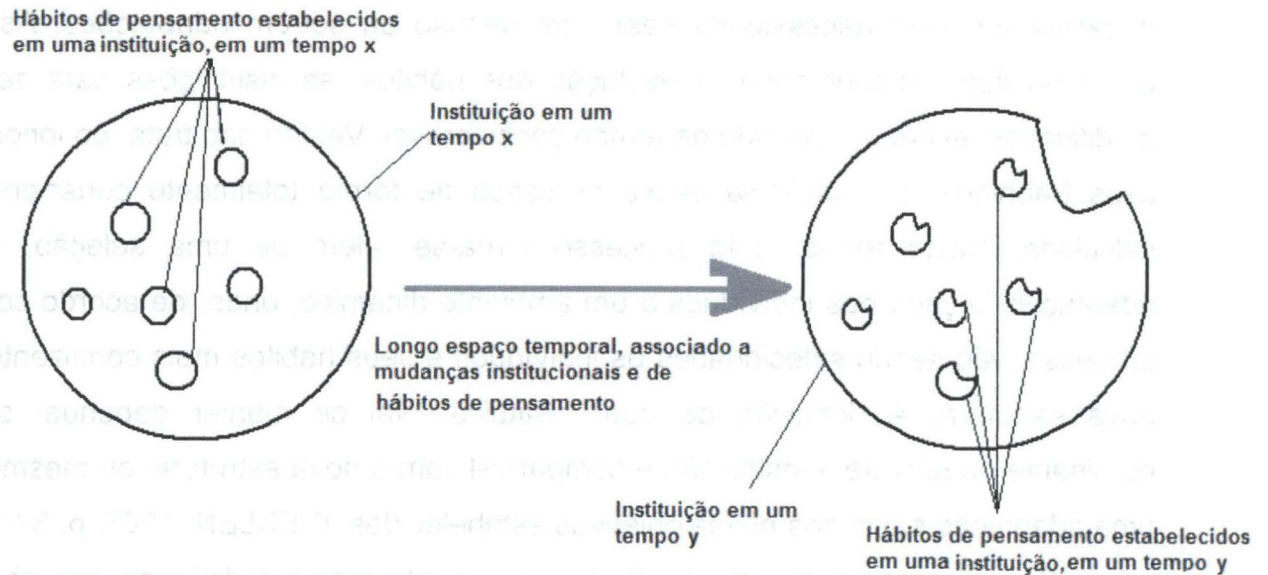


FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DOS HÁBITOS DE PENSAMENTO E INSTITUIÇÃO.  
 FONTE: A AUTORA (2009)

Em um tempo  $x$ , a instituição simbolicamente possui a aparência do círculo apresentado ao lado esquerdo da seta. Essa instituição apresenta aos indivíduos incorporados uma série de normas de conduta condizentes com o formato adquirido pelos hábitos generalizados pela sociedade e assumidos por essa instituição. Assim, os indivíduos que participam dela apresentam hábitos de pensamento semelhantes aos incorporados pela instituição por seleção ou têm seus hábitos levados à semelhança destes por um processo adaptativo. Quando diante de um processo evolucionário, considerando um longo período ou espaço temporal como indicado pela seta, a instituição pode ser modificada de forma a parecer em um novo formato, num período  $y$  posterior a  $x$ , tal como apresentada do lado direito da seta. Nesta nova representação, é observado que os hábitos de pensamento estabelecidos nessa instituição também são apresentados nos indivíduos com características semelhantes às da instituição. Isso ocorre pelo mesmo procedimento em que foi formada a semelhança entre o indivíduo e a instituição no período  $x$ , por processo seletivo e adaptativo dos hábitos de pensamento.

Devem-se ressaltar alguns pontos a respeito dessa transição: é considerado na ilustração um longo espaço temporal, pois Veblen (1983, p. 87-89) trata essa modificação como não ocorrendo de forma imediata, sendo possível a observação de uma instituição com uma aparência distinta da original somente após algumas

gerações após iniciado o processo. Outro ponto: percebe-se que, apesar de a instituição apresentar nova aparência, em geral mantém traços da aparência da instituição anterior<sup>6</sup>.

Uma das contribuições para o processo evolucionário da instituição é a emulação, como forma de motivar determinados comportamentos. Assim como os indivíduos, as instituições recebem incentivos devido à comparação não só de seu desempenho atual com o de um período anterior mas também com o desempenho de outras instituições. Citando um exemplo utilizado por Veblen no capítulo sobre emulação pecuniária: a indústria normal tem em seu processo de crescimento a acumulação de bens ou riqueza como elemento mais importante e eficaz para obter boa reputação; isso se deve à respeitabilidade atribuída à indústria que tiver maior acumulação de riqueza se comparada a outra. (VEBLEN, 1983, p. 17-18)

Em busca dessa reputação, a instituição possuidora de interesse pecuniário ligado à acumulação e a ganhos cada vez maiores busca elementos que possam levá-la a esse resultado. No primeiro capítulo de *A Teoria da Empresa Industrial*, Veblen trata do processo da mecanização, em que tecnologias são introduzidas como forma de alcançar melhoramentos. Dentro dessa mecanização é comum a visão de uma padronização nos níveis do processo de abastecimento de artigos, viabilizando maiores ganhos diante da economia alcançada por esse processo com a diminuição de gastos com adaptação ou diversificação. Apesar de Veblen não tratar a atividade industrial como se desenvolvendo somente com base na busca de investimentos lucrativos, o autor assume que grande parte dessa atividade está organizada de acordo com tal processo. (VEBLEN, 1966, p. 1-6)

Como citação dessa representatividade da atividade industrial dotada de emulação pecuniária, Veblen (1966, p. 1) diz que o “‘Sistema Capitalista’ ou o ‘Moderno Sistema Industrial’, como sói chamar-se. Seus traços característicos e, ao mesmo tempo, as forças que orientam a cultura moderna, são a produção mecanizada e o investimento com fins lucrativos”.

Apesar de as instituições buscarem atingir resultados aparentemente individuais, não há autossuficiência em nenhum processo da indústria mecanizada. Segundo Veblen (1966, p. 4), cada processo é precedido de um seguimento e, ao

---

<sup>6</sup> Não se deve tomar a figura posicionada ao lado direito da seta como sendo uma apresentação definitiva, pois, como atentado por Veblen (1942, p. 239), a instituição permanece em movimento e em constante processo evolucionário/adaptativo.

mesmo tempo, precede a outro, e esta relação é dada como infinita e exige competência na execução de cada atividade específica para o bom funcionamento das demais. Para tanto, se recorre à padronização das atividades, o que além de economia de tempo e matéria, devido a um melhor aproveitamento de ambos, viabiliza o planejamento da utilização dos bens resultantes deste seguimento pelas estruturas posteriores. Isso se deve a serem atendidas as expectativas quanto ao produto recebido, seja em questão qualitativa ou quantitativa. Porém nem tudo é tão suscetível a uma padronização. Como exemplo, há o indivíduo que está incorporado de alguma forma ao processo produtivo, com hábitos e instintos influenciando seu comportamento; a resistência a um novo processo produtivo pode ser atribuída à essa influência. Assim, pode-se considerar o indivíduo como um desses elementos menos adaptáveis a padronizações. Como Veblen afirma,

o trabalho humano (...) talvez seja o menos adaptável à padronização, porém, não obstante, é negociado, oferecido, e computado por tabelas de tempo, de velocidade e intensidade que continuamente tentamos reduzir a medidas mais precisas e à mais ampla uniformidade. (VEBLEN, 1966, p. 6)

Essa apresentação do indivíduo resistente a certas investidas de instituir hábitos e a padronização de comportamento quando o indivíduo está inserido em uma estrutura que a exija demonstram a influência que a instituição exerce sobre o indivíduo, ditando certas normas de conduta às quais ele tem de se adaptar para manter-se inserido em determinada estrutura.

Analisando o comportamento das instituições, não é raro se deparar com comportamento atribuído de início ao indivíduo que seja posteriormente atribuído à instituição, como o caso do comportamento predatório, emulação pecuniária e processo evolucionário. Isso é associado à própria definição de instituição; partindo esta do estabelecimento dos hábitos de pensamento e estes sendo considerados de natureza do indivíduo, é compreensível tal semelhança.

### 3 TEORIA GALBRAITHIANA E SEUS PRINCÍPIOS

O objetivo desta parte do trabalho é expor o que John Kenneth Galbraith apresenta como sendo indivíduo e o que considera instituição, como feito no capítulo anterior para Veblen. Para a construção deste capítulo foram selecionadas algumas obras de Galbraith: *A Economia e a Arte da Controvérsia* (1959), *Economia, Paz & Humor* (1972), *O Novo Estado Industrial* (1982), *A Sociedade Afluente* (1987)<sup>7</sup> e *Galbraith Essencial – Os principais ensaios de John Kenneth Galbraith* (2007).

Galbraith não tem em suas obras uma distinção bem delimitada, por capítulos, do que é indivíduo e do que é instituição. É comum observar a constante presença de ambos ao longo de suas obras, alternando entre uma análise e outra, muitas vezes em um mesmo parágrafo. No entanto, haverá aqui um esforço de estruturar de forma mais específica cada um desses elementos.

Na primeira parte deste capítulo, será apresentado o conceito galbraithiano de indivíduo, destacando suas principais características. Na sequência será abordada a visão de instituição por Galbraith.

#### 3.1 O INDIVÍDUO

Nas obras de Galbraith não existe um capítulo destinado a conceituar o indivíduo e seu comportamento. No entanto, ao longo das obras selecionadas para análise, pode-se perceber a presença constante do indivíduo em meio aos mais diversos contextos, dentre eles a política (pano de fundo utilizado recorrentemente pelo autor), organizações sociais e questões bélicas.

Há diferenciação de classes nas obras de Galbraith. Elas são, normalmente, divididas em ricas e pobres, considerando os vários adjetivos que remetem a essas mesmas desinências. A classe dos pobres é mais citada quando Galbraith se refere ao objetivo de políticas públicas de desenvolvimento ou mesmo de prejuízos sociais. A classe dos ricos é fortemente associada ao poder, sendo destacados os indivíduos que exercem o comando de organizações, corporações etc. Como no exemplo:

---

<sup>7</sup> A edição utilizada aqui de *A Sociedade Afluente*, de 1987, é uma tradução da versão de 1984.

Finalmente, sobre esse exercício de poder e fortalecendo-o muito está o brilho da respeitabilidade. Os homens que guiam a corporação moderna e os serviços externos financeiros, legais, legislativos, técnicos, publicitários e outros sacerdotais da função corporativa são os membros mais respeitáveis, ricos e prestigiosos da comunidade nacional. (GALBRAITH, 2007, p. 155)

Assim, é marcante na obra de Galbraith que o indivíduo não é definido independente da estrutura que o cerca; pelo contrário, é dada ênfase ao comportamento dele quando diante de situações adversas. O indivíduo apresenta capacidade adaptativa e reage de acordo com as situações às quais é exposto, considerando o conhecimento de uma experiência passada. Como exemplo, o autor, falando sobre o comportamento do indivíduo em tomada de decisão política, afirma que: “o homem que se encontra sob a pressão das circunstâncias do dia a dia ajusta as suas ideias em função delas. (...) Por outro lado, o homem que não se acha sob pressão das circunstâncias conserva a sua liberdade ideológica.” O autor não especifica a origem dessa liberdade ao longo do livro; porém, na leitura do capítulo, pode-se entender como o ato de seguir as ideias políticas com as quais o indivíduo mais se familiarize, não se obrigando a agir de acordo com o pensamento dominante. (GALBRAITH, 1959, p. 118)

O comportamento do indivíduo é recorrentemente considerado resultado do contexto em que ele se encontra, influenciado por um elemento externo. Outra citação de Galbraith apresenta, além de um indivíduo que age de acordo com a influência, um indivíduo que possui comportamento muitas vezes agressivo, seja por meio verbal ou mesmo físico:

O homem que vislumbra possibilidade de alcançar os seus objetivos procura conquistar amigos. É persuasivo, polido e cativante e, no final, disposto a acordo razoável. O homem que não vê esperança para suas ideias não precisa fazer concessões a uma conduta amistosa. Pode ser polêmico, intransigente, orgulhoso e violento, porque isso não faz diferença. Como a certeza de que as suas ideias não têm possibilidade de vingar não o predispõe à moderação, aumenta sem dúvida a probabilidade do comportamento violento. (GALBRAITH, 1959, p. 120)

Pode-se apurar mais sobre esse indivíduo galbraithiano no livro *Sociedade Afluente*, assim como fora apresentada a reação negativa do indivíduo com relação à decepção. No capítulo de revisão de Galbraith sobre *A Sociedade Afluente* (1987)<sup>8</sup>, o autor destaca dois estágios de comportamento comparativo do indivíduo.

---

<sup>8</sup> Nesta edição de 1987 de *A Sociedade Afluente*, Galbraith inseriu um capítulo inicial como forma de revisão de seu pensamento sobre como escreveria a obra, considerando seu pensamento e experiências no atual período em que estava sendo reeditada. A paginação desse capítulo é feita em

Inicialmente, o indivíduo está voltado para um objetivo particular: a sua melhora diante da eventual comparação de sua posição econômica atual com seu estado anterior, descartando aqui a comparação com as posses de outros. Em um segundo estágio, quando essa melhora não ocorre ou, pelo contrário, é constatada até mesmo uma piora, segundo Galbraith (1987, p. xv), “a mente então se volta a matutar sobre a melhor sina dos mais afortunados”. Assim, o que no primeiro estágio é apresentado como somente um foco particular quanto à posição desse indivíduo, no segundo ganha aspecto de desigualdade, quando comparada à de outro.

Analisando ainda a respeito da comparação feita entre os indivíduos, observa-se que quando é avaliada uma ação como bem-sucedida diante de uma situação específica, esta certamente irá se repetir, seja pelo indivíduo que primeiro a executou quanto por outros que o tomarem como exemplo. A repetição de ações surge quando são levadas em consideração experiências passadas que vão sendo executadas à medida que situações similares às anteriores vão surgindo. Essa repetição, segundo o autor, pode ser atribuída à familiaridade do indivíduo com determinadas ideias, às quais possivelmente recorreu-se com sucesso em períodos anteriores, tornando estas consideradas aceitáveis e, assim, passíveis de serem repetidas continuamente, gerando para o indivíduo um ambiente de estabilidade. Ao conjunto de ideias aceitáveis, recorrido pelo indivíduo com frequência, Galbraith nomeou como saber convencional. (GALBRAITH, 1987, p. 9)

Esse saber é considerado fator de inércia e resistência que o indivíduo possui diante de novas ideias e acontecimentos. Isso implica que haja estabilidade nas ideias que incorporam este saber. No entanto, Galbraith cita que o saber passa por dolorosos processos de transformação com o passar de longos períodos de tempo. O saber convencional é praticamente “atacado” por atividades que esse saber não supre. De início, uma ideia que surja de forma original, não passando pelo conceito estabelecido, é repudiada pelos indivíduos. Galbraith (1987, p. 9) afirma que “um desvio sob a forma de originalidade é condenado como infidelidade ou apostasia”, e não consegue ser aceito enquanto o saber convencional continuar em vigor. A queda do “saber convencional vem quando as ideias convencionais ostensivamente fracassam ao tentarem lidar com alguma contingência para a qual a obsolescência as tornou irrefutavelmente inaplicáveis”; essas ideias podem perder a aceitação e

somente assim dar espaço à incorporação de novas ideias do saber convencional. Dessa forma, se comparado a períodos anteriores e distantes, o saber convencional de um período pode apresentar uma composição diferente aceita pelo indivíduo. (GALBRAITH, 1987, p. 9-16)

Sobre essa resistência do indivíduo a mudanças no saber convencional, Galbraith ironiza:

De fato, estas ideias só podem ser apreciadas por uma pessoa estável, ortodoxa e paciente – em suma, por alguém bastante parecido com uma pessoa do saber convencional. (...) O cético é desqualificado pela sua própria tendência de avançar ousadamente do velho para o novo; se fosse um estudioso profundo, ele teria permanecido com o saber convencional. (GALBRAITH, 1987, p. 10)

Neste caso, esse saber convencional viria a colaborar com o indivíduo que tomaria uma postura de parecer se ocupar “com coisas que já foram feitas.” Essa busca do indivíduo por conveniência pode reforçar a aceitação de uma ideia que tome uma verdade que esteja de acordo com os interesses particulares e de bem-estar pessoal. (GALBRAITH, 1987, p. 3-8)

### 3.2 A INSTITUIÇÃO GALBRAITHIANA

A sociedade afluenta é uma estrutura formada por um conjunto de indivíduos que, diante da comparação da situação da estrutura atual com períodos anteriores, constata que seu nível de bem-estar e fortuna foi melhorado e que apresenta possível trajetória de futuros resultados positivos. Os hábitos que regem o comportamento dessa estrutura foram instituídos num período anterior; sendo assim, uma série de hábitos que antes impulsionavam a estrutura para a afluência, no atual momento pode até servir como “ameaça à própria afluência.” (GALBRAITH, 1987, p. 1-2).

Um exemplo citado por Galbraith demonstra a extrema pobreza que ele associa à época em que o sistema produtivo não se mostrava tão eficiente como o contemporâneo, gerando grande escassez. O autor retrata muito bem a dimensão dessa mudança na estrutura social quando, contrapondo o mundo anterior à condição contemporânea dos Estados Unidos, diz que:

Não se deve esperar que as preocupações de um mundo infectado pela miséria sejam relevantes em um (sic) onde o indivíduo comum tem acesso a comodidades – alimentos, diversão, transporte pessoal e encanamentos – que nem os ricos desfrutavam um século atrás. (GALBRAITH, 1987, p. 2)

Aqui pode ser retomada a sabedoria convencional trabalhada na perspectiva do indivíduo, no item 3.1, agora para uma utilização mais ampla, neste caso como entrave à própria afluência da sociedade como um todo, porque os problemas dessa sociedade continuam a ser tratados como se muitos fatores ainda não tivessem sido estabelecidos. Em outra citação, Galbraith (1972, p. 24-25) reforça que “a ação necessária, infelizmente, deve relacionar-se com a realidade. Se tal não acontecer, será, na melhor das hipóteses, inadequada ou inútil e, na pior das hipóteses, prejudicial”. Isso ocorreria devido à resistência coletiva em aceitar modificações, o que, neste caso, resultaria em um processo mais lento na afluência dessa sociedade do que realmente deveria ser. (GALBRAITH, 1987, p. 2-5)

No entanto, não se pode aqui afirmar que não houve evolução nos hábitos da estrutura, pois, segundo Galbraith até mesmo o pensamento econômico foi adaptado à afluência. O que pode ser sugerido é que, assim como com o indivíduo, as estruturas também apresentam defasagem na evolução dos seus hábitos, ou seja, a modificação destes é feita somente após serem refutados recorrentemente por atividades atuais. Assim, quando esses hábitos forem adaptados de forma mais condizente com as atividades que os refutaram, a estrutura já se encontrará em um processo à frente do que quando se fez necessária a modificação. (GALBRAITH, 1987, p. 2 e 17)

Considerando o comportamento das estruturas que compõem a economia, pode-se afirmar que esta segue comportamentos igualmente contraditórios. Isso pode ser explicado tão somente retomando o parágrafo anterior, pois muitas vezes essa defasagem na adaptação a novas atividades pode ditar um comportamento que pode gerar barreiras à afluência. Ou, nas palavras de Galbraith (1987, p. 7), “a economia, como outros aspectos da vida em sociedade, não segue um padrão simples e coerente. Pelo contrário, ela frequentemente parece ser incoerente, rudimentar e intelectualmente frustrante”. Resumidamente, indiferente da estrutura a ser analisada, os hábitos possuem uma natureza de fundo conservador cuja resistência ao que surge de novo é muito significativa. Em um cenário estável, esses hábitos poderiam ser absolutos. No entanto, como as estruturas são tidas como em constante processo

de modificação, o ataque de atividades para as quais esses hábitos não são mais resposta força uma transformação deles. (GALBRAITH, 1987, p. 17)

O processo de modificação das atividades vai surgindo à medida que alguns objetivos são alcançados e novos são focados. Passando a uma análise da estrutura produtiva, dentre esses objetivos está o lucro, pois quanto maior, maior é considerado o sucesso desta estrutura. (GALBRAITH, 2007, p. 155)

Na análise desse sucesso, pode-se dizer que Galbraith dedica papel de destaque às estruturas organizadas, papel em que a organização aparece como responsável pelo poder em empresas e na sociedade como um todo. As decisões, nos tempos que vivemos, principalmente as de grande relevância, são naturalmente remetidas a grupos. Isso se deve à tentativa de diminuir a assimetria de informações quando diante de uma tomada de decisão. Diante do processo industrial, é comum que as informações sejam encontradas dispersas, ou seja, sob o conhecimento de vários indivíduos, e não centralizadas em apenas um. Posto isso, Galbraith considera a decisão de um grupo superior à decisão de um indivíduo. (GALBRAITH, 1982, p. 57-58)

Galbraith justifica a superioridade da decisão em grupo com uma descrição exemplificada do processo decisório em conjunto. Quando é observada uma estrutura de organização muito simples, pode-se verificar o poder agindo de cima para baixo. Ou seja, no topo da hierarquia há uma figura única, representada por um presidente, gerente ou outro título equivalente. Na sequência estão diretores de setor, funcionários administrativos e operários, entre outros. O representante mais alto da hierarquia dá instruções e os demais executam. No entanto, o autor afirma que esse tipo de procedimento só pode ser observado em uma estrutura de organização muito simples, pois dificilmente os que se encontram no topo do poder possuem informações suficientes para que sua decisão seja considerada mais segura de obter sucesso do que se fosse decidida em grupo. (GALBRAITH, 1982, p. 61)

Esse grupo decisório a que é feita referência pode ter as mais diferentes composições: diretores, técnicos, funcionários ligados aos operários, especialistas em segmentos de mercados etc. Galbraith afirma sobre esse grupo:

Abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo. Este, e não o restrito grupo de diretores, é a inteligência orientadora – o cérebro – da empresa. Não há um nome para todos os que participam da tomada de decisão de grupo ou para

a organização que eles formam. Proponho dar a essa organização o nome de Tecnoestrutura. (GALBRAITH, 1982, p. 64)

Como forma de ilustrar essa Tecnoestrutura, foi desenvolvida a Figura 2. Nela foram trabalhados dois exemplos de estrutura de organização: uma muito simples e outra um pouco mais complexa. Considera-se haver uma evolução da primeira estrutura para a segunda; ganhar mais complexidade é como uma tendência à organização. Na estrutura de organização mais simples, é apresentada a figura do presidente no topo da hierarquia indicando o exercício de poder de cima para baixo. Um diretor recebe instruções do presidente (indicada pela seta presidente – diretor) e um grupo de indivíduos recebe, de alguma forma, o resultado da decisão tomada no topo da hierarquia, podendo ser produtos colocados à venda para o consumo e benefícios quanto ao bem-estar de uma decisão em prol da sociedade, entre outros. Ainda nesse sistema, foi incluída uma seta indicando uma decisão do diretor repassada ao presidente (indicada pela seta diretor – presidente), que este último tem a opção de vetar. No entanto, o que se quer ressaltar aqui é que são dois “indivíduos” providos de mais ou menos informações necessárias para a tomada de decisão. Neste caso, a opção do presidente de vetar a decisão do diretor não parece tão perigosa ao resultado, pois ambos podem estar cientes de uma quantidade de informações muito próxima um do outro. (GALBRAITH, 1982, p. 60-61)

Após certo período de tempo, uma maior complexidade da organização pode levar à apresentação da segunda estrutura e é aqui apresentada a Tecnoestrutura de Galbraith em posição equivalente ao diretor, na primeira estrutura. Os resultados das decisões tomadas nessa estrutura serão recebidos pelos indivíduos de forma semelhante aos da primeira estrutura. A maior complexidade é apresentada na relação presidente – Tecnoestrutura. Aqui ela repassa uma decisão ao presidente, que continua com poder de vetar; no entanto, agora é um indivíduo com algumas informações em oposição a um grupo de especialistas que, no conjunto, possuem um número expressivamente maior de informações do que o presidente, ou seja, não aprovar a decisão da Tecnoestrutura representa alto risco ao resultado. Quando o presidente discorda da decisão do grupo, ele de início volta ao grupo apresentando seu ponto discordante (indicado pela seta presidente – Tecnoestrutura); o grupo, por sua vez, tenta repassar algumas novas informações ao presidente que venham a justificar a decisão. Dificilmente o presidente vetará a decisão. (GALBRAITH, 1982, p. 61)

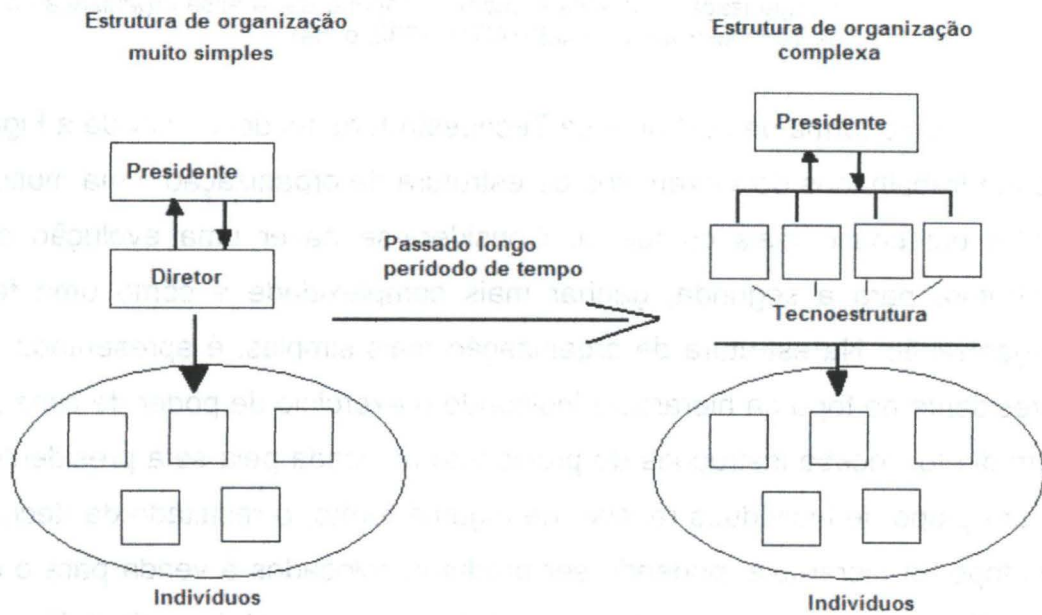


FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DO MODO DE DECISÃO – EXEMPLO DO MODELO INDUSTRIAL.

FONTE: A AUTORA (2009)

Observando melhor o grupo de indivíduos que recebem os resultados das decisões tomadas na segunda estrutura, em geral terão mais benefícios do que o grupo de indivíduos da estrutura anterior, porque, com a diminuição da assimetria de informações, há a tendência de a estrutura de organização mais complexa ser mais eficiente; num caso de decisões que busquem melhoramento do bem-estar da sociedade, por exemplo, há maior abrangência do benefício. As necessidades de um grupo de indivíduos não precisam necessariamente preexistir. Pode haver tentativas de necessidades serem induzidas ou reelaboradas pela própria estrutura produtiva, seguindo o mesmo processo de decisão, antes de introduzir uma inovação a esse grupo, ou seja, serem induzidas necessidades antes não percebidas ou inexistentes. Galbraith (1972, p. 32) afirma que “o bem-estar econômico da indústria requer o recrutamento ativo e enérgico de novos fregueses. Essa necessidade é suprema. Portanto, não há alternativa senão rebater os cientistas e as provas apresentadas por eles”. Como exemplificação disso, o autor cita a indústria do fumo, que, diante dos divulgados malefícios de seu produto, busca estratégias para alcançar sua finalidade: obter lucros.

A instituição da tecnocracia apresentada na figura 2 parte da necessidade de obter o maior número possível de informações para que, após serem avaliadas, levem às decisões que venham proporcionar sucesso. Para tanto, é feito um esforço para que haja a reunião dos conhecimentos dispersos dentro da estrutura que tem como origem as "exigências tecnológicas da indústria moderna" e o "uso associado de capital e da necessidade resultante de planejamento" e a necessidade de coordenação do conhecimento disperso para utilização satisfatória na organização. (GALBRAITH, 1982, p. 57-58)

Por conseguinte, a decisão na empresa moderna é produto não de indivíduos, porém de grupos. (...) Esta é a maneira pela qual os homens agem com êxito em questões em que nenhum, sozinho, por brilhante ou inteligente que seja, tem mais que uma fração do conhecimento necessário. É o que torna possível a empresa moderna, e em outros contextos é o que torna possível o Governo moderno (GALBRAITH, 1982, p. 60).

Em se falando de governo, no capítulo de revisão de *A Sociedade Afluente* (1987), Galbraith tece críticas aos gastos públicos excessivos, dando ênfase ao gasto direcionado ao setor militar, cuja redução poderia gerar benefícios à sociedade, como diminuição nos impostos e até mesmo aumento de gastos em outros setores de necessidade. Na versão original do livro (1958) não é encontrada tal crítica; pelo contrário, pode-se verificar até certa expectativa de que o gasto com este setor gerasse benefícios, devido ao reflexo das expectativas geradas pelo período em que foi escrito, principalmente no âmbito do desenvolvimento da tecnologia. No entanto, nesse capítulo de revisão Galbraith (1987, p. XXXI) diz que: "Se estivesse escrevendo hoje, eu enfatizaria muito mais a sombra escura lançada pelo poderio militar".

O setor militar seria uma representação de uma estrutura de organização complexa, na qual, analisando pela segunda estrutura da Figura 2, haveria reunião dos conhecimentos de um grupo gerando decisões eficientes, indiferente de manter a versão em que Galbraith trata o setor militar como benéfico ou na revisão, que indica prejuízos à sociedade. Na abordagem benéfica, esperava-se que os indivíduos recebessem benefícios como os já citados, avanços tecnológicos, os quais não seriam sustentados pelo setor privado devido à necessidade de alto investimento inicial sem garantias de resultados lucrativos a curto prazo, apresentando uma finalidade pública produtiva. Mas, retomando a crítica no capítulo de revisão, Galbraith justifica sua crítica dizendo que:

A tecnologia militar moderna é cada vez mais obscura, cada vez mais divorciada das aplicações civis, aplicações que são hoje pouquíssimo mencionadas. E aquelas que eram outrora muito citadas – o principal exemplo sendo o uso comercial da energia atômica – se provaram extremamente decepcionantes. É hoje uma tese plausível que, ao invés de promover o desenvolvimento tecnológico, o patrocínio militar dirige talentos, energias e recursos escassos para canais essencialmente estéreis. (GALBRAITH, 1987, p. XXXI)

Tamanha preocupação com a finalidade dessa estrutura é atribuída ao funcionamento do conjunto de organizações – no caso dos gastos públicos, a alocação dos recursos adquiridos em um setor “estéril” anula sua alocação de forma mais eficiente em prol da sociedade em geral. A estrutura produtiva privada subsidia a estrutura pública. Isso implica dizer que o desenvolvimento do setor privado, acompanhado de aumento produtivo, eleva o subsídio do setor público. Dessa forma, espera-se que o último forneça fatores que auxiliem no desenvolvimento do primeiro. Por meio de melhoramentos em educação, cultura e lazer, por exemplo, é obtida melhora na qualificação da mão de obra disponível. O desenvolvimento da tecnologia possibilita aumentar as fontes de recursos naturais ou artificiais. Em ambos os exemplos, o setor privado é beneficiado, viabilizando o refinanciamento do público. (GALBRAITH, 1972, p. 27-30)

Nesta descrição, exemplificada pelos setores público e privado, deve ficar claro que as estruturas organizadas se relacionam e há necessidade de que cada uma faça a sua parte. No caso acima, não somente o “descumprimento da função” do setor público acarretaria distúrbios num sistema mais amplo, mas o descaso do setor privado para com o público também o faria, afinal “o automóvel obviamente exige ruas e estradas, controle do tráfego e controle da poluição do ar<sup>9</sup>”. (GALBRAITH, 1972, p. 28)

De forma mais ampla, observando o comportamento do sistema econômico, é comum encontrar características atribuídas aos indivíduos, como a busca por objetivos particulares, que no contexto da estrutura passam a possuir a importância da organização em si. Como no caso do setor militar (público), um possível motivo para o direcionamento dos recursos para “canais essencialmente estéreis” pode ser caracterizado na busca deste setor por poder, comparativo ao setor militar de outras

---

<sup>9</sup> O exemplo citado, utilizado o setor público e privado, foi um dos apresentados por Galbraith na obra *Economia, Paz e Humor* (1972); no entanto, deve ser tomado somente em termos de simplificação, pois as relações e a dependência entre as estruturas organizadas são muito mais complexas do que o exemplo consegue apresentar.

nações. No caso do setor privado, o objetivo para o crescimento econômico tem sido cada vez mais focado em consumo de luxo, segundo Galbraith (1972, p. 21), tem-se conseguido “converter o prazer do luxo num índice de virtude nacional” ou algo próximo.

Observando as obras de Galbraith, não foi encontrada uma origem desses interesses no que diz respeito a alcançar um patamar comparativamente elevado de consumo e poder, se surge na instituição sendo repassado ao indivíduo ou se surge no indivíduo repassando à instituição. Ambos apresentam resistência a modificações; no entanto, seguem em processos de adaptações e modificações, com defasagem entre a instituição de um hábito e o processo vivido.

## 4 APROXIMAÇÃO VEBLEN – GALBRAITH

Na construção deste estudo foram verificados alguns pontos da abordagem de Galbraith que podem ser considerados forte aproximação à economia institucional de Veblen: a divisão de classes, a influência da instituição sobre o comportamento dos indivíduos e a análise no processo evolucionário das instituições, entre outros, a serem observados ao longo deste capítulo. O objetivo dele é analisar os conceitos de indivíduo e instituição apresentados por Galbraith considerando também a visão de Veblen. Para apresentação, este capítulo é dividido em indivíduo e instituição.

### 4.1 O INDIVÍDUO

Galbraith (1982) apresenta os indivíduos divididos em duas classes: pobres e ricos. O foco sobre uma ou outra depende do tema em questão. Por exemplo, a atribuição do poder é relacionada à classe dos ricos; os efeitos de políticas públicas dizem respeito aos pobres. Em Veblen (1983) os indivíduos são agrupados, de acordo com suas funções econômicas, em classe ociosa e classe produtiva. Há grande semelhança entre as duas abordagens. A classe dos ricos de Galbraith e a ociosa de Veblen são compostas por indivíduos que não necessitam trabalhar diretamente no sistema produtivo para ter sua sobrevivência. Esses indivíduos têm como características hábitos cerimoniais como forma de afirmação de sua classe – exemplo disto é a utilização de diferentes talheres e copos durante uma refeição, um hábito que, quando é quebrado por um indivíduo em determinada situação, pode ser considerado motivo de exclusão de um grupo específico; nível educacional elevado; proprietários de riquezas; e apresentam consumo ostensivo, como no caso de aquisição ou troca frequente de carros de luxo como meio de afirmação, diante da sociedade, de seu poder aquisitivo elevado.

Uma diferença entre Galbraith e Veblen é a forma apresentar as atribuições aos indivíduos, detalhando ou generalizando determinados comportamentos. Veblen apresenta maior preocupação na definição dos indivíduos da classe ociosa,

indicando sua origem e de suas atividades, bem como suas características e o processo evolucionário de seus hábitos. Em Galbraith, os indivíduos são caracterizados diante das suas relações com as instituições; o autor não se preocupa em definir como o indivíduo rico passou a, por exemplo, ter acesso a um nível de educação maior ou como o indivíduo pobre passou a ter como atribuição o trabalho pesado. Não é estranho diante da apresentação do indivíduo em Galbraith acreditar que ele e o seu comportamento tenham a mesma origem dada ao indivíduo por Veblen (1983).

Há forte semelhança entre o indivíduo inserido na classe pobre de Galbraith e o inserido na classe produtiva de Veblen. Em ambos o indivíduo está confinado a um mundo de limitações dadas pelas características de sua classe, que o condiciona a situações socioeconômicas desfavoráveis. O nível educacional é precário, as necessidades mínimas de sobrevivência desse indivíduo raramente são supridas por completo, a utilização do trabalho desse indivíduo é um fator fundamental para a manutenção do elevado padrão de vida das classes ricas ou ociosas, porque a essa classe pobre ou produtiva é atribuído o trabalho pesado do processo industrial, sendo assim responsável pela criação de bens de consumo, tanto necessários quanto de luxo, e seu excedente. Contudo, a apropriação desse excedente é reservada aos indivíduos da classe rica ou ociosa, bem como o consumo de parte dos bens necessários e da totalidade dos bens de luxo.

Apesar das semelhanças, o indivíduo produtivo de Veblen não recebe atenção especial ao longo de suas obras. Ele é citado e caracterizado mais como forma de apresentar uma contraposição à classe ociosa do que lhe dar atenção. Mas isso ocorre não por esse indivíduo produtivo não ser relevante, mas sim por não ser o foco de estudo de Veblen. Galbraith, no entanto, dá atenção maior aos indivíduos inseridos na classe pobre, utilizando-os para análise principalmente de programas de políticas públicas. Contudo, também se vale deles para ajudar no entendimento da classe rica e suas atividades, como Veblen.

Para os dois autores, indiferente da classe do indivíduo, há grande resistência dele à mudança. Para Veblen (1983, p. 97-110), os hábitos de pensamento dos indivíduos são mecanismos que utiliza como forma de reduzir as deliberações diante de eventos que se repetem no dia a dia. Galbraith (1959, p. 118) chama de sabedoria convencional o hábito de pensamento analisado em Veblen. Em ambos

os casos existe a transmissão destes hábitos<sup>10</sup> para as gerações seguintes e diante de qualquer mudança no processo há inegável resistência por parte do indivíduo à adaptação ou extinção destes hábitos.

Uma possível razão para a diferente forma de abordagem entre Galbraith e Veblen se deve ao tipo de engajamento profissional e experiências de cada um. O principal foco de Veblen foi a pesquisa acadêmica. Já Galbraith, além de ter sido professor das Universidades de Harvard e Princeton, teve grande inserção no meio político. Foi conselheiro de presidentes do Partido Democrata como Franklin D. Roosevelt e Bill Clinton, assim como embaixador dos Estados Unidos na Índia, no governo de John F. Kennedy. Dessa forma pôde trabalhar ou mesmo observar empiricamente as ideias advindas dos estudos teóricos. Partindo dessas observações, não é difícil imaginar o porquê de o tema “poder” ser mais recorrente nas obras de Galbraith do que em Veblen.

Galbraith (1982 e 1972) atribui a execução do poder aos indivíduos da classe rica devido à educação privilegiada e respeitabilidade, entre outros atributos. Esse indivíduo é apresentado como dotado de poder em diversas áreas como a política, o setor bélico e o setor industrial. Neste último há destaque para esse indivíduo, que é reconhecido como o homem de negócios encarregado da tomada de decisão, sendo o melhor exemplo de um executor de poder.

Este termo, “homem de negócio”, aparece em Veblen principalmente em sua obra *Teoria da Empresa Industrial*, porém a figura do executor de poder é focada no setor industrial, não diversificando ambientes como Galbraith faz ao longo de suas obras. Apesar de pequenas diferenciações na abordagem do homem de negócios, os estudos de Galbraith e Veblen possuem algumas características idênticas. Para eles, o “homem de negócios” apresenta comportamento predatório e é oriundo de classe privilegiada, exerce o poder e possui objetivos pecuniários.

Como forma de sintetizar os principais pontos estudados, o Quadro 1 apresenta comparativo sobre o indivíduo de Galbraith e o de Veblen.

---

<sup>10</sup> No termo *hábitos* estão sendo considerados a sabedoria convencional de Galbraith e o hábito de pensamento de Veblen.

|                          | <b>John Kenneth Galbraith</b>   | <b>Thorstein Bunde Veblen</b>  | <b>Considerações</b>   |
|--------------------------|---|--|--|
| <b>Indivíduo</b>         | Dividido em classe rica e classe pobre.   | Dividido em classe ociosa e classe produtiva.  | Apesar de nomenclaturas diferentes, a classe rica possui características idênticas à da classe ociosa, assim como a classe pobre em relação à classe produtiva.  |
| <b>Hábitos</b>           | Mecanismo para simplificar ações cotidianas, minimizando o número de deliberações do indivíduo.   |  | Os hábitos aparecem recorrentemente nas obras de ambos, sem divergências conceituais. Veblen trabalha mais detalhadamente que Galbraith o processo evolucionário dos hábitos no indivíduo.   |
| <b>Poder</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atribuído à classe rica.</li> <li>• Apresentado em diversos contextos.</li> </ul>                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atribuído à classe ociosa.</li> <li>• Observado no setor industrial.</li> </ul> | O poder possui para os dois autores as mesmas características, incluindo a sua atribuição. No entanto, Veblen mantém sua observação da questão do poder no setor industrial, enquanto em Galbraith são incluídos o setor bélico e o ambiente político. |
| <b>Homem de negócios</b> | Indivíduo de destaque da classe ociosa para Veblen e da classe rica para Galbraith, dotado de poder e responsável pela tomada de decisão. |  | Não há diferença na caracterização do homem de negócios. Ele é, para ambos, possuidor de poder e originário das classes superiores (classe rica ou ociosa).  |

**QUADRO 1 – COMPARATIVO SOBRE O INDIVÍDUO DE GALBRAITH E VEBLÉN.**

**FONTE: AUTORA (2009)**

## 4.2 A INSTITUIÇÃO

Segundo os autores, a instituição pode ser compreendida como originária de hábitos de pensamento e conceitos socialmente estabelecidos. Após a sua criação, uma instituição auxilia a tomada de decisão, pois apresenta aos indivíduos os comportamentos socialmente incentivados ou aceitáveis. A relação das instituições

com hábitos de pensamento e conceitos sociais destacam a inércia institucional. Para Galbraith e Veblen, as instituições estão em um processo de mudança evolucionária.

A inércia institucional implica algum grau de dificuldade na modificação de um hábito. Essa rigidez pode gerar defasagem no processo de criação de um hábito. Hábitos correntemente utilizados são selecionados ou adaptados de hábitos que foram instituídos anteriormente. Porém, como foram selecionados ou adaptados como solução para problemas de um período anterior, é comum que os problemas sejam solucionados por hábitos gerados em momentos posteriores. Tais hábitos podem estar relacionados a novos elementos rotineiros; contudo, normalmente correspondem à adaptação dos hábitos correntes.

Para Galbraith (1987, p. 1-2), isso pode incorrer em um problema para a afluência de uma sociedade, dado que se pode estar gastando energia na repetição de hábitos desnecessários para solucionar problemas que já não fazem parte da realidade atual, deixando para períodos posteriores a solução dos problemas de hoje, não anulando, mas retardando, assim, o desenvolvimento.

De acordo com Veblen (1983), uma instituição perdura quando contém o padrão de comportamento vigente, assim como tais padrões caracterizam se a instituição possui caráter dominante ou não. A linguagem falada, por exemplo, possui caráter dominante, pois está intrinsecamente relacionada ao comportamento cotidiano. Quando não dominante, o evolucionismo institucional pode marcar a modificação dos padrões de comportamento que compõem tal instituição. Tanto em Veblen quanto em Galbraith, um hábito estabelecido há longo tempo tende a ser mais resistente a mudanças do que um hábito recentemente estabelecido. Nesse caso, o hábito de fumar cigarros, expandido em 1880, segundo a indústria Philip Morris<sup>11</sup>, com o desenvolvimento tecnológico em seu processo de produção, serve como exemplo de instituição estabelecida há longo tempo. Exemplo contemporâneo de incentivo a uma mudança da instituição é a Lei nº 13.541, de 7 de maio de 2009<sup>12</sup>, conhecida como Lei Antitabaco ou Antifumo, cuja preocupação é com a melhoria da saúde.

Há algum tempo, o hábito de fumar, se comparado ao período corrente, não possuía muitas restrições, tanto que ainda hoje são encontrados ônibus de viagem

---

<sup>11</sup> A indicação do *site* da Philip Morris do qual foram retiradas informações para exemplificação ao longo deste capítulo está nas Referências.

<sup>12</sup> Em anexo segue a descrição desta lei, com o detalhamento das regras para o consumo de produtos fumígenos derivados ou não do tabaco.

que possuem cinzeiros na poltrona, mesmo com a indicação de que não se pode consumir cigarros ou similares nos transportes coletivos. A referida lei visa, no Estado de São Paulo, a extensão de algumas proibições, já existentes, do consumo de produtos fumígenos em locais fechados ou semifechados de uso coletivo, públicos ou privados. Assim, considerando o processo evolucionário de Veblen e Galbraith, pode-se visualizar de um lado o indivíduo tentando manter sua ação habitual de fumar em um restaurante, por exemplo, enquanto o responsável pelo ambiente fechado incorre em penalidades em caso de omissão ao cumprimento da lei. A estrutura investirá sobre o indivíduo, para que este não dê continuidade ao seu hábito de fumar em ambiente fechado. Com o passar do tempo, o hábito instituído de fumar em locais coletivos fechados ou semifechados tende a cair em desuso.

Tanto Veblen quanto Galbraith evidenciam que a inércia e o evolucionismo institucional podem manter uma instituição mesmo diante da perda de sua compatibilidade com a estrutura ao longo do tempo. O que determina o fim de uma instituição não é a compatibilidade, é o desuso. No exemplo da Lei Antifumo, uma campanha que visa a restringir o consumo de produtos fumígenos levaria a crer que a instituição de fumar em lugares fechados ou semifechados de uso coletivo, públicos ou privados, poderia ser extinto. No entanto, não é uma tarefa de curto ou médio prazo, dada a força dessa instituição. Segundo a indústria Philip Morris International, a primeira campanha governamental antifumo data do século XVII. Partindo disso, pode-se afirmar que a inércia citada por Veblen e Galbraith segue mantendo o hábito de fumar, mesmo indo contra a busca por melhorias na saúde.

O exemplo ilustrativo do conceito de Veblen (1983 e 1942) de evolução dos hábitos de pensamento e instituição, na Figura 1 do Capítulo 2, apresenta a modificação sofrida por uma instituição cuja aparência é alterada de um período a outro mantendo traços da anterior, o que além de visualmente expressar um processo evolucionário transmite a ideia de manutenção de características arcaicas. Relacionando o exemplo acima à Figura 1, pode-se atribuir a instituição do hábito de fumar antes da limitação em transporte coletivo ao primeiro formato, e a instituição após a limitação de fumar em transportes coletivos ao segundo formato, porque de início se tem o consumo de produto fumígeno em diversas áreas, incluindo transporte coletivo. Num segundo momento se verifica o consumo desse produto, no entanto, o consumo dele em transporte coletivo cai em desuso.

No exemplo ilustrativo do conceito de Galbraith – Figura 2 do Capítulo 3 – a respeito da evolução do modo de decisão no modelo industrial, verifica-se uma semelhança com o exemplo ilustrativo com o conceito apresentado por Veblen. A evolução da estrutura da indústria do cigarro pode, como exemplo, ilustrar a Figura 2 sobre o conceito de Galbraith, utilizando conteúdo divulgado pela indústria Souza Cruz<sup>13</sup> a respeito da produção de cigarro no Brasil.

De início a produção de cigarro era feita por pequenas empresas familiares, que podem ser consideradas de estruturas de organização muito simples. A tomada de decisão era feita com a pouca informação alcançada pelo proprietário da empresa. Este, ao receber uma sugestão, poderia rejeitá-la com certa segurança de que a sugestão não teria sido elaborada diante de mais conhecimento do que o seu, não incorrendo assim em grandes prejuízos na sua produção, caso seu pensamento não esteja correto.

Com o passar do tempo, essas pequenas empresas familiares foram dando lugar a “fábricas de maior envergadura”, que representam as estruturas de organização mais complexa. O que antes era apresentado ao responsável pela tomada de decisão como uma sugestão, agora, com estrutura maior e volume de investimento significativo, surge de equipes com diferentes especialidades – a Tecnoestrutura – que analisam os pontos determinantes na produção. Ainda que um indivíduo no topo da hierarquia tome a decisão final, dificilmente irá rejeitá-la, dado que a decisão de um grupo incorpora maior número de informações do que o conhecimento de um indivíduo. Essa ilustração do conceito de Galbraith pode ser considerada uma aplicação da Figura 1, do conceito de Veblen, em que características da estrutura de tomada de decisão anterior (arcaicas) são mantidas.

A formação da Tecnoestrutura ameniza a incerteza diante da tomada de decisão. Os integrantes especializados se unem aos demais do grupo para trocar experiências e analisar as possibilidades de decisão. A deliberação a respeito de uma opção é dada quando o grupo a aprova em consenso. Em Veblen (1966, p. 19), é apresentado exatamente esse conceito de Tecnoestrutura, embora sem a denominação utilizada por Galbraith.

Com relação à conexão entre tecnologia e evolução institucional em Galbraith, o estabelecimento de hábito de pensamento acaba por gerar inércia, sob

---

<sup>13</sup> Segue nas referências o *site* da indústria Souza Cruz, utilizado para formulação do exemplo.

a qual esse hábito vai sendo repetido de acordo com a necessidade cotidiana, sem deliberações. Torna-se difícil a ideia de que haja evolução da instituição. Contudo, a oposição a essa inércia é dada pela tecnologia, à qual é atribuído o dinamismo. Assim, quando Galbraith (1982, p. 22) afirma que essa “tecnologia significa a aplicação de conhecimento científico ou outro conhecimento organizado a tarefas práticas”, assumindo que elas são realizadas pelo hábito estabelecido, a tecnologia é aqui um motivo para que ocorra o processo evolucionário em uma instituição.

Para Veblen (1983, p. 87-88), essa dinâmica dada pela tecnologia pode ser encarada como a modificação no ambiente material que, em conjunto com o “tecido vivo” (termo atribuído à natureza dos indivíduos que compõem a estrutura), irá proporcionar a seleção e adaptação do hábito de pensamento, incorrendo no desenvolvimento da instituição.

Veblen (1966) descreve a Tecnoestrutura como uma relação de profissões que podem constituir tal estrutura “ou qualquer que seja o nome aplicado à vasta classe que efetua o trabalho intelectual dedicado à indústria mecanizada moderna”. Em relação a esse ponto, Galbraith (1982) propõe dar a essa organização o nome de Tecnoestrutura. No entanto, não é impossível assumir a tentativa de continuidade do trabalho de Veblen. Não se pode afirmar que esse era o objetivo de Galbraith, pois no decorrer de suas obras se percebe referência tanto a Veblen quanto a outros autores como forma de contexto para a exposição de suas próprias ideias.

Como forma de sintetizar os pontos sobre a instituição trabalhados neste capítulo, foi elaborado o Quadro 2.

|                               | <b>John Kenneth Galbraith</b>   | <b>Thorstein Bunde Veblen</b>   | <b>Considerações</b>   |
|-------------------------------|---|---------------------------------|--|
| <b>Instituição</b>            | Estabelecimento de hábitos de pensamento.   |                                 | Para os dois autores, instituição remete não somente aos elementos tangíveis, mas também aos intangíveis.                        |
| <b>Processo evolucionário</b> | Tecnologia como fator dinâmico  | Tecido vivo e ambiente material | A tecnologia como fator dinâmico para Galbraith é reconhecida como modificação no ambiente material para Veblen.                 |
| <b>Tecnoestrutura</b>         | Grupo de indivíduos de diversas especialidades, responsáveis por analisar decisões. |                                 | Este ponto é abordado por ambos. Em Veblen não aparece a designação Tecnoestrutura, mas seu conceito é idêntico ao de Galbraith. |

**QUADRO 2 – COMPARATIVO SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GALBRAITH E VEBLEN**

FONTE: AUTORA (2009)

Diante da análise específica do conceito de indivíduo e de instituição, presentes nas obras tanto de Galbraith quanto de Veblen, foi possível destacar aproximação dos conceitos defendidos por ambos os autores. No Quadro 1 foi apresentada uma síntese das características do conceito de indivíduo, dividido em: indivíduo, hábitos, poder e homem de negócios. Sobre os “hábitos” e o “homem de negócios” um mesmo conceito foi atribuído para ambos, tanto sob a leitura de Galbraith quanto sob a leitura de Veblen. No que diz respeito aos itens “indivíduo” e “poder”, foi apresentada pequena diferença de nomenclatura, todavia não é apresentada diferença conceitual. No Quadro 2 foi feita uma síntese dos conceitos de instituição, dividida em três itens: instituição, processo evolucionário e Tecnoestrutura. É apresentada uma identidade dos conceitos de Galbraith e Veblen sobre a “instituição” e a “Tecnoestrutura”, utilizando apenas um conceito para caracterizar estes. Sobre o “processo evolucionário”, também, é constatada semelhança entre os conceitos de ambos os autores, havendo diferenciação apenas na nomenclatura dos fatores envolvidos neste processo.

## 5 CONCLUSÃO

Na obras de Galbraith, como *O novo Estado industrial* (1982), *O pensamento econômico em perspectiva* (1989) e *Galbraith essencial* (2007), entre outros títulos, é possível encontrar referência a Thorstein Veblen como forma de fundamentação de alguns de seus conceitos. Partindo dessa constatação, pôde-se questionar quais conceitos de Veblen são aproveitados nas obras de Galbraith.

Baseado nesse questionamento, este trabalho teve como objetivo apresentar alguns pontos em que é constatada a aproximação dos conceitos de Galbraith aos de Veblen. Como forma de direcionar o desenvolvimento deste estudo, foram analisados os conceitos de indivíduo e de instituição, constantes nas obras de ambos.

A dicotomia identificada em Galbraith, classe rica e classe pobre, apresenta as mesmas características da dicotomia classe ociosa e classe produtiva de Veblen. Para ambos, os indivíduos que compõem essas classes possuem hábitos como mecanismo de diminuição de deliberações cotidianas; eles são estabelecidos de acordo com as características de cada estrutura em que o indivíduo está inserido.

Em Veblen e Galbraith há destaque para o chamado homem de negócios., indivíduo responsável pela tomada de decisão; é figura importante, principalmente quando é abordado o setor industrial. Esse indivíduo é destacado da classe rica (ou ociosa) e exemplo de executor de poder para ambos os autores.

Também são encontradas semelhanças entre os conceitos de Veblen e Galbraith quanto à instituição, que é por ambos considerada o estabelecimento de hábitos de pensamento, podendo assim, ser remetida a elementos tangíveis e intangíveis. O termo "estabelecimento" conduz à ideia de imobilidade. Contudo, a instituição é considerada em processo evolucionário.

Sobre o processo evolucionário da instituição, tanto Galbraith quanto Veblen consideram a tecnologia um elemento impulsionador para modificações na estrutura. Há também uma tendência, nesse processo, de as estruturas passarem do simples para o complexo – por exemplo, o processo de formação da Tecnoestrutura. Foi evidenciada, também, uma particularidade de cada autor na abordagem dos conceitos, atribuída à experiência profissional de cada um, Galbraith com inserção política e Veblen com atuação acadêmica.

Ao longo do presente trabalho, foram identificadas e apresentadas algumas das semelhanças entre os conceitos de Galbraith e Veblen sobre o indivíduo e a instituição, alcançando assim, o objetivo proposto no início deste estudo. No entanto, dado que foram selecionadas apenas algumas obras para esta análise, acredita-se que podem ser citadas, das demais obras, outras aproximações conceituais entre os autores. Fica aqui como sugestão para trabalhos futuros relacionados a Galbraith e a Veblen o estudo de temas como: a influência do Estado no comportamento da sociedade; uma análise da economia norte-americana e um estudo da estrutura militar e sua influência na economia.

## REFERÊNCIAS

COMPANHIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU\\_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/EA2F8965CEF0F0B6C12570B90064383F?opendocument&SID=&DTC=>](http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/EA2F8965CEF0F0B6C12570B90064383F?opendocument&SID=&DTC=>)>. Acesso em: 14/11/ 2009.

DUGGER, William M. Veblenian Institutionalism: The Changing Concepts of Inquiry. **Journal of Economic Issues**, v.29, n. 4, p.1013-1027, 1995.

GALBRAITH, John Kenneth. **A economia e a arte da controvérsia**. Trad. Gilberto Paim. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica / John Kenneth Galbraith**. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1989 (Coleção Novos Ubrais).

GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade afluyente**. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1987.

GALBRAITH, John Kenneth. **Economia, paz & humor**. Trad. Carlos Nayfeld. São Paulo: Artenova, 1972.

GALBRAITH, John Kenneth. **Galbraith essencial – Os principais ensaios de John Kenneth Galbraith**. Organização Andrea D. Williams. Trad. Cala A. Colotto. São Paulo: Futura, 2007.

GALBRAITH, John Kenneth. **O novo Estado industrial**. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Cultural, 1982.

HEILBRONER, Robert L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1992 (1. ed., 1953).

HODGSON, Geoffrey. **Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna**. Oeiras: Celta, 1994.

HODGSON, Geoffrey; SAMUELS, Warren J e TOOL, Marc R. **The elgar companion to institutionary and evolutionary economics**. Cheltenham: Edward Publishing, 1994.

MONASTERIO, Leonardo M. **Guia para Veblen: um estudo acerca da Economia Evolucionária**. Pelotas: Edufpel, 1998.

PEACH, Jim. Galbraith and the problem of uneven development. **Journal of Economic Issues**, v. 42, n.1, p. 25-35, 2008.

PEUKERT, Helge. On the origins of modern evolutionary economics: the Veblen legend after 100 years. **Journal of Economic Issues**, v. 35, n. 3, p. 543-555, 2001.

PHILIP MORRIS INTERNATIONAL. Disponível em: <[http://www.philipmorrisoninternational.com/BR/pages/por\\_BR/ourbus/History\\_tobacco.asp](http://www.philipmorrisoninternational.com/BR/pages/por_BR/ourbus/History_tobacco.asp)>. Acesso em 14/11/2009.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Sobre o legado de John Kenneth Galbraith. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4, p. 619-626, 2006.

VEBLEN, Thorstein B. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Trad. Olívia Krähenbül. Apres. Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEBLEN, Thorstein B. **A teoria da empresa industrial**. Trad. Edgar Magalhães. Porto Alegre: Globo, 1966.

VEBLEN, Thorstein B. **The place of science in modern civilisation**. 4. ed. New York: The Viking Press, 1942.

## ANEXO

Disponível em:

[http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/08/06/lei\\_antifumo.pdf](http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/08/06/lei_antifumo.pdf)

### LEI Nº 13.541, DE 7 DE MAIO DE 2009

*Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

**Artigo 1º** - Esta lei estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos do artigo 24, incisos V, VIII e XII, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos.

**Artigo 2º** - Fica proibido no território do Estado de São Paulo, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

§ 1º - Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º - Para os fins desta lei, a expressão "recintos de uso coletivo" compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º - Nos locais previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

**Artigo 3º** - O responsável pelos recintos de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

**Artigo 4º** - Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta lei.

**Parágrafo único** - O empresário omissor ficará sujeito às sanções previstas no artigo 56 da Lei federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo das sanções previstas na legislação sanitária.

**Artigo 5º** - Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

**§ 1º** - O relato de que trata o “caput” deste artigo conterà:

**1** - a exposição do fato e suas circunstâncias;

**2** - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;

**3** - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

**§ 2º** - A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - “internet” dos órgãos referidos no “caput” deste artigo, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta lei.

**§ 3º** - O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

**Artigo 6º** - Esta lei não se aplica:

**I** - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;

**II** - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

**III** - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;

**IV** - às residências;

**V** - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

**Parágrafo único** - Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

**Artigo 7º** - As penalidades decorrentes de infrações às disposições desta lei serão impostas, nos respectivos âmbitos de atribuições, pelos órgãos estaduais de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor.

**Parágrafo único** - O início da aplicação das penalidades será precedido de ampla campanha educativa, realizada pelo Governo do Estado nos meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio e televisão, para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostos por esta lei, além da nocividade do fumo à saúde.

**Artigo 8º** - Caberá ao Poder Executivo disponibilizar em toda a rede de saúde pública do Estado, assistência terapêutica e medicamentos antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar.

**Artigo 9º** - Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de maio de 2009.  
JOSÉ SERRA

Luiz Antônio Guimarães Marrey  
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Luiz Roberto Barradas Barata  
Secretário da Saúde

Guilherme Afif Domingos  
Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

Aloysio Nunes Ferreira Filho  
Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 7 de maio de 2009.